



01 – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - DIREITO – PROVA 01

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

Produção e Consumo Sustentáveis

Produção e consumo sustentáveis é uma abordagem holística aplicada para minimizar os impactos ambientais negativos dos sistemas de produção e de consumo, ao mesmo tempo em que promove melhor qualidade de vida para todos; estimula a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos e insumos; e fomenta a geração de trabalhos decentes e o comércio justo. Ademais, contribui para a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, dissociando crescimento econômico da degradação ambiental.

A agenda PCS constitui um novo paradigma para a gestão ambiental. Ela vai além dos tradicionais mecanismos de comando e controle, pois sua abordagem e internalização requerem um novo olhar sobre o modelo de desenvolvimento. Um modelo no qual todos os atores – governos, empresas, instituições, sociedade – têm responsabilidades e papéis a cumprir se desejarmos um País onde todos tenham direito a uma melhor qualidade de vida, sem comprometer nosso meio ambiente e nosso futuro, e o das gerações que virão.

Com esse propósito, o Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS) tem como principal competência fomentar no País práticas de produção e de consumo sustentáveis (PCS) com vistas à promoção de um desenvolvimento socialmente mais justo, ambientalmente mais responsável e economicamente mais equilibrado.

O DPCS atua na implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) desde 2010, e na disseminação e apoio à implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, com vistas ao alcance das metas estabelecidas em 2015, sobretudo do ODS 12, de assegurar os padrões de produção e consumo sustentáveis.

Buscamos, por meio da articulação institucional e com o apoio do Comitê Gestor de

Produção e Consumo sustentáveis, e dos parceiros, a promoção de sinergias entre políticas, ações e programas voltados a produção e consumo sustentáveis, visando a implementar e fortalecer ações em PCS, e o cumprimento das metas e compromissos assumidos no contexto das convenções e acordos internacionais. Padrões mais sustentáveis de produção e de consumo são o caminho mais seguro e justo para combater as mudanças climáticas, conservar e usar sustentavelmente os recursos hídricos, a biodiversidade, as florestas, todos os recursos. Para alcançarmos esses objetivos, acreditamos na cooperação, no intercâmbio de experiências e de boas práticas, e no trabalho conjunto.

(Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel>> Acessado em 22 de fev. de 2019)

Questão 01

Conforme seus objetivos gerais ou específicos, somente é CORRETO afirmar que o texto:

- Propõe uma agenda ambiental apontando ações específicas a fim de reverter a atual situação de degradação ambiental do planeta.
- Apresenta os principais objetivos da agenda PCS destacando o caráter holístico das ações e a integração dos agentes envolvidos.
- Crítica veladamente as grandes corporações agroindustriais cujas ações têm como consequência nefasta a degradação ambiental.
- Destaca o papel decisivo das iniciativas governamentais no que tange à proteção da produção familiar de alimentos e da sinergia ambiental.

Questão 02

A respeito do que se enuncia no texto, é correto afirmar somente que:

- A existência de trabalhos dignos para todos é incompatível com a utilização sustentável e o gerenciamento racional dos recursos naturais.
- A produção e o consumo sustentáveis estão sujeitos à integração dos diversos setores do País de modo a favorecer melhoria na qualidade de vida de todos.



c) Para a implementação de uma agenda de produção e consumo sustentáveis é preciso definir bem os papéis de seus agentes de modo a gerar independência entre eles.

d) A produção agroindustrial moderna não dispõe de recursos tecnológicos que permitam minimizar o impacto das ações produtivas no meio ambiente.

Questão 03

A respeito da estrutura morfossintática do último período do texto é CORRETO afirmar somente que:

a) A expressão “esses objetivos” desempenha função de sujeito.

b) Há nesse período objeto indireto composto com dois núcleos.

c) Dois dos substantivos do período têm complemento nominal.

d) Existe no período oração subordinada reduzida de infinitivo.

Questão 04

Assinale a única alternativa em que o termo destacado tem seu referente CORRETAMENTE indicado.

a) ELA vai além dos tradicionais mecanismos de comando e controle [...] (a agenda PCS).

b) [...] pois SUA abordagem e internalização requerem um novo olhar sobre o modelo de desenvolvimento (um novo olhar).

c) [...] se desejarmos um País ONDE todos tenham direito a uma melhor qualidade de vida [...] (direito).

d) [...] sem comprometer NOSSO meio ambiente e nosso futuro, e o das gerações que virão (futuro).

Questão 05

Assinale a única alternativa em que a substituição da palavra destacada pela palavra posta entre parênteses mantém a correção gramatical e os mesmos sentidos do texto.

a) [...] principal competência FOMENTAR no País práticas de produção [...] (incentivo).

b) [...] DISSOCIANDO crescimento econômico da degradação ambiental (relacionando).

c) [...] na disseminação e apoio à implementação da Agenda 2030 [...] (prevenção).

d) A agenda PCS constitui um novo PARADIGMA para a gestão ambiental (modelo).

Questão 06

A correlação de tempos verbais está CORRETAMENTE realizada somente no item:

a) A ideia do “*consumo desigual*” (entre os países do Norte e do Sul) deixou de mobilizar os países pobres e as economias emergentes, como bem mostrarão os dois relatórios da ONU (1998, 2004) que focaram o problema do consumo.

b) Em ambos os relatórios fica evidente que o estilo de vida urbano, dominante na maior parte do globo e também na América Latina, repetisse o padrão – ou a expectativa do padrão – de consumo praticado nos países do Norte e que, mesmo em países pobres ou emergentes, cada vez mais as pessoas eram levadas a consumir de maneira insustentável.

c) Recentes estudos mostram que mais do que pertinência a uma determinada classe social, os padrões de renda levam as pessoas a consumirem de maneira muito parecida, sejam elas brasileiras, chinesas ou indianas.

d) Antes da crise econômica mundial de 2008, o mundo conhecerá uma década de prosperidade econômica, e a expansão do crédito associada a políticas de combate à pobreza (um dos fortes objetivos do Milênio), fez com que milhões de pessoas pudessem consumir bens e serviços de toda espécie.

(Disponível em: <<https://portalresiduossolidos.com/padroes-sustentaveis-de-producao-e-consumo/>>. Acessado em 22 de fev. de 2019 - com adaptações).

Questão 07

O sinal indicativo da ocorrência de crase foi CORRETAMENTE empregado somente no item:

a) A questão da produção “suja” ou poluidora vem sendo tratada em políticas públicas desde os anos 60 e, a Conferência de Estocolmo, em 1972, realizou um admirável feito ao alertar às nações sobre os efeitos nefastos da crescente poluição industrial e urbana.

b) A questão do consumo, contudo, ficou negligenciada e só começou a ser tratada quando a literatura sociológica – que enfoca os diversos estilos de vida – mostrou uma tendência cultural que rapidamente se tornou global: o consumismo.

c) Enquanto o consumo é definido como a satisfação das necessidades básicas (comer, vestir, morar, ter acesso à saúde, ao lazer e à educação), o consumismo é uma distorção desse padrão.



d) O primeiro grande alerta sobre a necessidade de se pensar o consumo em bases sustentáveis está expresso no documento da Agenda 21 Global – espécie de roteiro para se alcançar à sustentabilidade – debatido e divulgado durante e após a Rio-92.

(Disponível em: <<https://portalresiduossolidos.com/padroes-sustentaveis-de-producao-e-consumo/>>. Acessado em 22 de fev. de 2019 - com adaptações).

Questão 08

Assinale a única alternativa CORRETA quanto à pontuação.

a) Primeiro: adquira, sempre, produtos originais e exija nota fiscal. Somente através do comércio legal, pode-se buscar igualdade nas competições de mercado.

b) Verifique onde o produto foi fabricado; quanto mais próximo de nossa casa, melhor. Ao comprar um produto oriundo da economia local estamos ajudando a fortalecer essas empresas e colaborando para o desenvolvimento da região.

c) Opte por produtos oriundos da economia verde e avalie adotar algumas de suas práticas. Produtos com o selo “fair trade”, garantem que sua produção promoveu relações de comércio mais justas e solidárias.

d) Redes ou cooperativas de consumidores facilitam o acesso a produtos orgânicos com um preço acessível. E feiras de troca mostram, ser possível, existirem relações comerciais que não se baseiam em dinheiro.

(Disponível em: < <https://dinheirama.com/impactos-sociais-e-ambientais-do-consumo/>>. Acessado em: 22 de fev. de 2019 - com adaptações).

Questão 09

Assinale a alternativa em que as regras de concordância e de regência foram adequadamente respeitadas.

a) Muitos produtos que consumimos estão relacionados, direta ou indiretamente, a diversos impactos sociais, econômicos e ambientais – positivos e negativos – que afetam a vida de milhares de pessoas em muitos lugares. Esses impactos se dão de diferentes maneiras; mas, muitas vezes, sequer percebemos!

b) O alumínio, por exemplo, é base da nossa latinha de refrigerante, bicicleta ou dos diversos objetos metálicos que estão à nossa volta. Torna-se em mais uma das preocupações e considerações a que

devemos ter no momento de consumir, utilizar e descartar os produtos que usamos.

c) A cadeia produtiva do alumínio é responsável pelo maior gasto mundial de energia, sendo uma das indústrias mais poluente do planeta. Os problemas nesse setor estão basicamente relacionados com os impactos da mineração, com o transporte da bauxita ao longo da Região Amazônica (pois é justamente no estado do Pará de onde se encontra a maior concentração desse minério que dá origem ao alumínio) e com a geração de energia hidrelétrica.

d) Enfim, produzir alumínio é utilizar muita água e uma grande quantidade de energia de maneira intensa e constante. Envolve retirar recursos da natureza e afetar o meio ambiente. Justamente um dos principais impactos ambientais dessa produção está ligada diretamente aos resíduos do processamento da matéria-prima do alumínio, a bauxita.

(Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2009/06/05/o-consumo-nosso-de-cada-dia-e-os-impactos-sociais-e-ambientais-artigo-de-ciro-torres/>>. Acessado em: 22 de fev. de 2019 - com adaptações).

Questão 10

A palavra destacada em: “**ADEMAIS**, contribui para a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, dissociando crescimento econômico da degradação ambiental.” traduz uma relação semântica de:

a) Concessão.

b) Conclusão.

c) Inclusão.

d) Oposição.

Questão 11

Em uma determinada família a idade do filho somada com a idade do pai dá 80 anos. A idade do pai é o triplo da idade do filho, logo a idade do filho é:

a) 20 anos.

b) 25 anos.

c) 30 anos.

d) 35 anos.



- a) Quando vivemos com uma câmera fotográfica de capacidade virtualmente infinita no bolso, nossa tendência é que nos preocupemos mais em registrar momentos do que em prestar atenção neles e “Prestar atenção é fundamental para codificar informações na memória”.
- b) Psicólogos afirmam que o hábito excessivo de tirar fotografias faz com que o cérebro passe a processar informações menos superficialmente.
- c) Não prestar atenção nos fatos pode ocasionar uma perda de memória.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

<https://super.abril.com.br/ciencia/o-celular-esta-destruindo-nossa-memoria/>

Questão 20

Sobre a atual situação da Venezuela, marque a alternativa CORRETA:

- a) A ONU estima que o número de refugiados deve chegar a 10 milhões até o final deste ano - quase 5% da população.
- b) Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do planeta (bem à frente da Arábia Saudita, a segunda colocada). Até o início do século 21, tinha o maior PIB per capita da América do Sul e, na década de 1950, estava entre as quatro mais ricas do mundo.
- c) As ditaduras de Chaves (1999-2013) e de Maduro (desde 2013) são a origem de todo o problema da Venezuela.
- d) O petróleo e derivados respondem por 50% das exportações da Venezuela (no Brasil, por exemplo, são só 20%).

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Relativamente aos Direitos Individuais e Coletivos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não haja dano.
- b) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei estrangeira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- d) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

Questão 22

O termo “Constituição” pode ser definido a partir de três acepções: Sentido sociológico, sentido político e sentido jurídico. Sabendo disso, julgue os itens a seguir:

I- Valendo-se do sentido sociológico, Ferdinand Lassale defendeu que uma constituição só seria legítima se representasse o efetivo poder social, refletindo as forças sociais que constituem o poder. Caso contrário, ela seria ilegítima caracterizando-se como uma simples “folha de papel”.

II- Na lição de Carl Schmitt, segundo o sentido político constituição é considerada norma pura, puro dever-ser, sem qualquer pretensão a fundamentação sociológica, política ou filosófica.

III- Hans Kelsen é o representante do sentido político que distingue Constituição de lei constitucional. Só se refere à decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática etc.); as leis constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento constitucional.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As assertivas II e III são falsas.
- b) As assertivas I e II são verdadeiras.
- c) As assertivas I e III são falsas.
- d) As assertivas I, II e III são falsas.

Questão 23

Acerca do Poder Legislativo exercido pelo Congresso Nacional, conforme disposição Constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei ordinária, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.



- b) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- c) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.
- d) Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Questão 24

Com o tamanho e a complexidade das informações envolvidas em um processo de Controle Interno, faz-se necessário um sistema de processamento de dados eficiente e confiável. E um sistema de processamento de dados eficiente precisa da robustez de um bom sistema de Controle Interno. Em relação ao sistema de processamento de dados aplicado aos controles internos é INCORRETO afirmar que:

- a) Os controles internos somente serão úteis ao processo de gestão e à tomada de decisão se o sistema de informação for consistente e tempestivo.
- b) A confiabilidade das informações é exclusiva dos meios de controle interno, sendo que o sistema de informação apenas refletirá essa confiabilidade.
- c) É importante a análise de eventuais riscos e lacunas existentes nesses sistemas, que possam gerar erros e fraudes, ou, então impossibilitar o rastreamento de todas as operações realizadas.
- d) É necessário que se tenha segurança quanto ao funcionamento constante e normal do equipamento, assim as condições físicas do local devem ser adequadas, devendo haver manutenção do equipamento feita regularmente e por pessoal qualificado e capacitado.

Questão 25

No que se refere às espécies de inconstitucionalidade, julgue os itens a seguir:

- I- A inconstitucionalidade por ação pressupõe a violação da lei constitucional pelo silêncio legislativo, enquanto que a inconstitucionalidade por omissão pressupõe a existência de normas inconstitucionais.
- II- A inconstitucionalidade formal verifica-se quando a lei ou ato normativo infraconstitucional contiver algum vício em sua “forma”, ou seja, em seu processo de formação, vale dizer, no processo legislativo de sua elaboração, ou, ainda, em razão de sua elaboração por autoridade incompetente.

III- A inconstitucionalidade por vício material expressa uma incompatibilidade de conteúdo, substantiva entre a lei ou ato normativo e a Constituição.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III. b) I e II. c) II e III. d) I e III.

Questão 26

De acordo com as disposições constitucionais referentes ao Presidente e Vice-Presidente da República, julgue os itens a seguir:

- I- Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os em brancos e os nulos.
- II- Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- III- A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

Está correto o que se AFIRMA em:

- a) I e II.
b) II e III.
c) I e III.
d) Todas estão corretas.

Questão 27

Acerca da evolução dos direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os direitos humanos da 1.^a dimensão marcam a passagem de um Estado autoritário para um Estado de Direito e, nesse contexto, o respeito às liberdades individuais, em uma verdadeira perspectiva de participação do Estado.
- b) O início do século XX é marcado pela Primeira Grande Guerra e pela fixação de direitos sociais (direitos de 2^o dimensão). Essa perspectiva de evidenciação dos direitos sociais, culturais e econômicos, bem como dos direitos coletivos, ou de coletividade, correspondem aos direitos de igualdade.
- c) Os direitos da 4.^a dimensão são direitos transindividuais, isto é, direitos que vão além dos interesses do indivíduo; pois são concernentes à proteção do gênero humano, com altíssimo teor de humanismo e universalidade.



d) Os direitos fundamentais de 3º geração são as liberdades positivas, ou seja, é consagração dos direitos sociais tais como educação.

Questão 28

A amostra selecionada pelo auditor deve ter relação direta com o volume de transações realizadas pela entidade na área ou na transação objeto de exame, como também com os efeitos nas posições patrimonial e financeira da entidade e o resultado por ela obtido no período. Ao planejar e determinar a amostra de auditoria, o auditor deve levar em consideração os seguintes aspectos, EXCETO:

- a) A estratificação da população.
- b) O risco da amostragem.
- c) O erro inesperado.
- d) O erro tolerável.

Questão 29

A auditoria governamental é a atividade independente e objetiva que, através da aplicação de procedimentos específicos, tem a finalidade de emitir opinião sobre a adequação das contas governamentais, assim como apresentar comentários sobre o desempenho organizacional e o resultado dos programas de governo. Como as atividades de auditoria governamental são realizadas nos mais diversos ambientes culturais e legais, em entes que possuem porte, complexidade e estrutura variados, e até mesmo por profissionais que não integram os quadros de pessoal das Entidades Fiscalizadoras, contratados como especialistas, e como essas diferenças podem afetar a prática da auditoria em cada ambiente, a adesão às Normas de Auditoria Governamental é essencial para um adequado desempenho por parte dos profissionais de auditoria governamental e das Entidades Fiscalizadoras. Assim, recomenda-se que esses procedimentos e práticas sejam, por sua vez, incorporados ao manual de auditoria de cada Entidade Fiscalizadora. Sobre os propósitos dessas normas, analise os itens abaixo e responda:

- I. Estabelecer os princípios gerais de auditoria comuns a clientes públicos e privados.
- II. Assegurar um padrão mínimo de qualidade aos trabalhos de auditoria governamental desenvolvidos pelas EFs.

III. Oferecer um modelo adequado para a execução das diversas atividades de auditoria governamental de competência das EFs.

IV. Assegurar que os auditores governamentais mantenham sua competência, integridade, objetividade e independência.

V. Oferecer regras uniformes e inflexíveis para a avaliação de desempenho dos auditores governamentais e das EFs.

VI. Incentivar a melhoria dos processos e a otimização dos resultados da Administração Pública.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas dois itens acima estão incorretos.
- b) Apenas três itens acima estão incorretos.
- c) Apenas quatro itens acima estão incorretos.
- d) Apenas um item acima está incorreto.

Questão 30

A condição de independência é fundamental e óbvia para o exercício da atividade de auditoria independente. Entende-se como independência o estado no qual as obrigações ou os interesses da entidade de auditoria são, suficientemente, isentos dos interesses das entidades auditadas para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade. Em suma, é a capacidade que a entidade de auditoria tem de julgar e atuar com integridade e objetividade, permitindo a emissão de relatórios ou pareceres imparciais em relação à entidade auditada, aos acionistas, aos sócios, aos quotistas, aos cooperados e a todas as demais partes que possam estar relacionadas com o seu trabalho. Sobre o tema associe as colunas:

I. Evitar fatos e circunstâncias significativos a ponto de um terceiro bem informado, tendo conhecimento de todas as informações pertinentes, incluindo as salvaguardas aplicadas, concluir dentro do razoável que a integridade, a objetividade ou o ceticismo profissional de uma entidade de auditoria ou de um membro da equipe de auditoria ficaram comprometidos. Independência pode ser afetada por ameaças de interesse próprio, auto-revisão, defesa de interesses da entidade auditada, familiaridade e intimidação.

II. Ocorre quando o resultado de um trabalho anterior precisa ser reanalisado ao serem tiradas conclusões sobre o trabalho de auditoria ou quando um membro da equipe de auditoria era,



anteriormente, administrador ou diretor da entidade auditada, ou era um funcionário cujo cargo lhe permitia exercer influência direta e importante sobre o objeto do trabalho de auditoria.

III. Postura que permite expressar uma opinião sem ser afetado por influências que comprometem o julgamento profissional, permitindo à pessoa agir com integridade, objetividade e ceticismo profissional.

IV. Ocorre quando a entidade de auditoria ou um membro da equipe de auditoria defendem ou parecem defender a posição ou a opinião da entidade auditada, a ponto de poderem comprometer ou darem a impressão de comprometer a objetividade. Pode ser o caso da entidade de auditoria ou membro da equipe de auditoria que subordina seu julgamento ao da entidade auditada.

V. Ocorre quando um membro da equipe de auditoria encontra obstáculos para agir, objetivamente, e com ceticismo profissional devido a ameaças, reais ou percebidas, por parte de administradores, diretores ou funcionários de uma entidade auditada.

(.....) Ameaça de auto-revisão.

(.....) Aparência de independência.

(.....) Ameaça de intimidação.

(.....) Ameaça de defesa de interesse da entidade auditada.

(.....) Independência de pensamento.

Feita a associação, a sequência CORRETA é:

a) II, I, V, IV, III.

b) I, II, III, IV, V.

c) II, I, IV, V, III.

d) II, IV, V, III, I.

Questão 31

Relativamente aos poderes administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

a) Pode-se falar em poder vinculado quando a lei atribui determinada competência definindo todos os aspectos da conduta, sem atribuir margem de escolha. Como exemplo, tem-se o decreto expropriatório.

b) O poder discricionário não é exercido acima ou além da lei, mas sujeita-se a ela. Sua discricionariedade está limitada a própria lei.

c) No poder disciplinar não há discricionariedade, uma vez que os agentes públicos que cometam infrações funcionais devem ser punidos com a mesma rigidez usada pela lei penal.

d) O poder de polícia em sentido amplo tratado por grande parte da doutrina inclui somente as limitações administrativas à liberdade e propriedade privadas, deixando de fora as restrições impostas por dispositivos legais.

Questão 32

Quanto à Ação Declaratória de Constitucionalidade, julgue os itens que seguem:

I- Podem propor a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, o Presidente da República, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal e o Procurador-Geral da República.

II- O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.

III- Efetuado o julgamento, proclamar-se-á a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se num ou noutro sentido se tiverem manifestado pelo menos seis Ministros, quer se trate de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade.

É CORRETO o que se afirma em:

a) I e III.

b) Apenas III.

c) I e II.

d) I, II e III.

Questão 33

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, conforme a Constituição, julgue os itens a seguir:

I- Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

II- Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade



pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

III- Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) Apenas I. b) Apenas II. c) II e III. d) I, II e III.

Questão 34

Acerca da nacionalidade, conforme a Constituição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- b) De maneira nenhuma a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- c) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, são brasileiros natos.
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, sem ressalvas.

Questão 35

Acerca dos requisitos do ato administrativo, julgue os itens a seguir:

I- A competência é requisito vinculado do ato administrativo, isso porque, para que o ato seja válido é necessário verificar se foi praticado pelo agente competente conforme a legislação para a prática da conduta.

II- Conforme a corrente majoritária são cinco os requisitos do ato administrativo: competência, objeto, forma, motivo e finalidade. Sendo o objeto e o motivo discricionários.

III- O motivo, requisito vinculado do ato administrativo, é a situação de fato e o fundamento jurídico que autorizam a prática do ato.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As assertivas I e III são verdadeiras.

- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) A assertiva III é falsa.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

Questão 36

No que se refere à classificação do ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os atos vinculados são aqueles praticados pela Administração Pública sem margem de liberdade, pois a Lei define todos os aspectos da conduta. Como por exemplo, o lançamento tributário.
- b) Os atos vinculados podem ser revogados, mesmo que não possuam mérito.
- c) Os atos discricionários são aqueles praticados com margem de liberdade. Como por exemplo, aposentadoria compulsória.
- d) Os atos discricionários podem ser anulados, todavia, não podem ser revogados.

Questão 37

Acerca das modalidades de licitação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As modalidades de licitação são cinco: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- b) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- c) Convite é a modalidade entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam às condições do edital até três dias antes da data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- d) Concurso é a modalidade de licitação entre pessoas com qualidade específica comprovada para ingresso em cargos da Administração.

Questão 38

Relativamente aos princípios do processo administrativo, julgue os itens a seguir:

I- O princípio da impessoalidade constitui a objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.



Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I. b) I e II. c) I e III. d) I, II e III.

Questão 44

De acordo com as disposições constitucionais acerca dos servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- b) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- c) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
- d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Questão 45

Relativamente aos poderes administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode-se falar em poder vinculado quando a lei atribui determinada competência definindo todos os aspectos da conduta, sem atribuir margem de escolha. Como exemplo, tem-se o decreto expropriatório.
- b) O poder discricionário não é exercido acima ou além da lei, mas sujeita-se a ela. Sua discricionariedade está limitada a própria lei.
- c) No poder disciplinar não há discricionariedade, uma vez que, os agentes públicos que cometam infrações funcionais devem ser punidos com a mesma rigidez usada pela lei penal.
- d) O poder de polícia em sentido amplo tratado por grande parte da doutrina inclui somente as limitações administrativas à liberdade e propriedade privadas,

deixando de fora as restrições impostas por dispositivos legais.

Questão 46

A doutrina costuma classificar os diversos tipos de bens públicos a partir de três critérios, quais sejam, quanto à titularidade, quanto à disponibilidade, quanto à destinação. Sabendo disso, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quanto à disponibilidade os bens públicos podem ser classificados em bens indisponíveis por natureza que são aqueles que, devido à sua intrínseca condição não patrimonial são insucessíveis a alienação ou oneração.
- b) Quanto à destinação, os bens públicos podem ser de três tipos: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais. Os bens de uso comum são aqueles afetados a uma destinação específica. Fazem parte do aparelhamento administrativo sendo considerados instrumentos para execução de serviços públicos.
- c) Quanto à titularidade os bens públicos serão sempre bens federais ou estaduais.
- d) Os bens dominicais possuem utilidade específica não podendo ser utilizados para qualquer fim.

Questão 47

Conforme as disposições da Lei nº 8.439/92 acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei de improbidade administrativa, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.
- b) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- c) Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- d) Somente as pessoas que presenciarem ou tiverem provas do ocorrido poderão representar à autoridade



administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Questão 48

A respeito do processo administrativo, conforme a lei 9.784/99 assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei 9.784/99 aplica-se à administração pública federal, incluídos os órgãos dos poderes legislativo e judiciário quando no exercício de função administrativa.
- b) O processo administrativo sempre se iniciará a pedido do interessado.
- c) Pedidos de uma pluralidade de interessados não podem ser formulados em um único requerimento, mesmo que possuam conteúdo e fundamento idênticos.
- d) Em regra, é permitido a avocação temporária de competência atribuída à órgão hierarquicamente inferior.

Questão 49

Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, seu verdadeiro alicerce, disposição fundamental que irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para exata compreensão e inteligência delas, exatamente porque define a lógica que lhe dá sentido harmônico. Eis porque violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma.

Fonte: (MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo**. Ed. Malheiros., 2007.

A respeito dos Princípios implícitos na Constituição federal Brasileira, classifique a Coluna 1 de acordo com a Coluna 2 e, em seguida, assinale a opção correta que representa a sequência desta questão:

COLUNA 1

- 1. Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade.
- 2. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado.
- 3. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.
- 4. Princípio da Autotutela.

COLUNA 2

(.....)Tem por objetivo, garantir que a Administração se guiará sempre pelo interesse público e não ferirá deliberadamente direitos individuais.

(.....)Aplica-se na aferição da legitimidade dos atos discricionários praticados pela Administração, sobretudo daqueles restritivos de direitos (estabelecem limitações ou condicionamentos ao exercício de direitos e atividades individuais, impõem obrigações ou aplicam sanções).

(.....)Princípio fundamental do Direito Administrativo. Fundamento das prerrogativas especiais (poderes administrativos).

(.....)Princípio fundamental do Direito Administrativo. Fundamento das prerrogativas especiais (poderes administrativos).

a) 3, 1, 2, 4.

b) 1, 2, 3, 4.

c) 2, 3, 4, 1.

d) 4, 3, 2, 1.

Questão 50

Anterior à edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, a economia brasileira vivia uma fase de intensa instabilidade entre o início da década de 1980 e a metade da década de 1990. O período foi marcado por elevados índices inflacionários cujo controle era perseguido reiteradamente com a introdução de planos econômicos inconsistentes, os quais não alcançaram os resultados pretendidos.

Nesse contexto, a Lei foi editada com foco principal na prevenção dos desequilíbrios fiscais, abrangendo os três níveis de governo, ou seja, a União, os Estados e Distrito Federal, e os Municípios. Essa Lei instituiu instrumentos mais rigorosos para a gestão das finanças públicas, implantando as medidas a seguir, EXCETO:

a) Obrigatoriedade de adequado planejamento da gestão das contas públicas, porém, sem a necessária fixação de metas de resultados fiscais.

b) Observância de limites de endividamento e para gastos com pessoal.

c) Imposição de normas para a criação de despesas de caráter continuado.

d) Transparência das contas públicas e responsabilização dos gestores que descumprirem os preceitos estabelecidos.